

Larissa de Sousa **SILVA*** 

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil
larissa.system.lb@gmail.com

Nilson Cesar **FRAGA**** 

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil
ncfraga@uel.br

Maria Salomé Lopes **FREDRICH***** 

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, Brasil
salomefredrich@hotmail.com

Adnilson de Almeida **SILVA****** 

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil
adnilson@unir.br



GEOGRAPHIA
OPPORTUNO
TEMPORE



EMERGÊNCIA ÉTNICA: TERRITORIALIDADES DAS MEMÓRIAS E A LUTA DO POVO MUNDURUKU DO PLANALTO, SANTARÉM-PARÁ

Ethnic emergence: territorialities of memories and the struggle of the Munduruku people of Planalto, Santarém-Pará

Emergencia étnica: territorialidades de las memorias y la lucha del pueblo Mundurukú del Planalto, Santarém-Pará

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender as territorialidades construídas e as definições da luta do povo Munduruku, enquanto existência dos sujeitos coletivos, que se desdobraram através do processo de emergência étnica para a retomada e territorialização de seus locais antepassados, visto que desde o início do século XXI, são os Munduruku que se mobilizam e delimitam e fazem respeitar seu pretensão Território. Nesse processo, teve-se como suporte a compressão da construção do território e das territorialidades, sobretudo, a partir de 1990 quando começam a se autoafirmar enquanto indígenas do baixo rio Tapajós, no que ficou conhecido na literatura antropológica por emergência étnica. O trabalho buscou trazer através da história oral as vozes dos indígenas para compreender o processo ocupacional do território e entender a relações de disputas. A luta do povo Munduruku pela terra-território está circunscrita não somente pela dimensão política e econômica, mas também naquilo que dá sentido à vida, à identidade e ancestralidade.

Palavras-chave: Amazônia; Munduruku; emergência; luta; territorialidades.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil)

** Geógrafo. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR).

*** Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Campus Santarém.

**** Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR).

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

ABSTRACT

The present work aims to understand the constructed territorialities and the definitions of the struggle of the Munduruku people, as the existence of collective subjects, which unfolded through the process of ethnic emergence for the resumption and territorialization of their ancestral places, since the beginning of the 21st century, they are the Munduruku who mobilize and delimit and enforce respect for their alleged Territory. In this process, the compression of the construction of territory and territorialities was supported, especially from 1990 onwards, when they began to assert themselves as indigenous peoples of the baixo river Tapajós, in what became known in the anthropological literature as ethnic emergence. The work sought to bring through oral history the voices of indigenous people to understand the occupational process of the territory and understand the relations of disputes. The struggle of the Munduruku people for land-territory is circumscribed not only by the political and economic dimension, but also in what gives meaning to life, to identity and ancestry.

Keywords: Amazon; Munduruku; emergency; fight; territorialities.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender las territorialidades construidas y las definiciones de lucha del pueblo Mundurukú, como existencia de sujetos colectivos, que se desarrollaron a través del proceso de emergencia étnica por la recuperación y territorialización de sus lugares ancestrales, desde el inicio de la In del siglo XXI, son los Munduruku quienes se movilizan y definen y hacen respetar su supuesto Territorio. En ese proceso, se apoyó la compresión de la construcción de territorio y territorialidades, especialmente a partir de 1990, cuando comenzaron a afirmarse como pueblos indígenas del bajo río Tapajós, en lo que se conoció en la literatura antropológica como emergencia étnica. El trabajo buscó traer a través de la historia oral las voces de los indígenas para comprender el proceso de ocupación del territorio y entender las relaciones de disputas. La lucha del pueblo Mundurukú por la tierra-territorio se circunscribe no sólo en la dimensión política y económica, sino también en lo que ofrece sentido a la vida, a la identidad y la ascendencia.

Palabras-clave: Amazonía; Mundurukú; emergencia; lucha; territorialidades.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os povos do baixo Tapajós, durante longos anos, foram submetidos a políticas de silenciamentos entrelaçados pelo genocídio e etnocídio, o que atualmente tem refletido na estrutura de luta por terra e território na qual eles reivindicam. A emergência étnica desses povos não representa uma “invenção de índios” como faz parecer muitas opiniões, mas trata-se de resistência e luta, pela manutenção da vida e dos territórios coletivos.

Essas populações foram fortemente impactadas pelo processo colonizador, que mais tarde, no século XX, passaram a ser identificados como parte de um campesinato amazônico e referenciados como “caboclo” ou “ribeirinho”, categorias cujas definições, tendem a subtrair ainda mais vínculos possíveis em relação aos diferentes pertencimentos étnicos ou territoriais (Ioris, 2022).

O movimento de emergência étnica sobretudo na Amazônia ganhou expressão a partir da Constituição de 1988 (Brasil, 2016), a qual deixou o cenário político mais favorável nas relações entre os povos indígenas e o Estado brasileiro, de modo que quebrou perspectivas integracionistas de tutelação e passou a garantir o direito fundamental no exercício de uma ocupação tradicional. Os direitos constitucionais foram essenciais para que o reconhecimento de terras indígenas avançasse na década seguinte do último século.

A região Amazônica é a que mais manifesta movimentos étnicos-territoriais, principalmente, o baixo Tapajós constituído de várias etnias que tem deliberado questionamentos e lutas em busca de reconhecimento étnico; estes povos compõem um cenário de disputas e conflitos que se configura desde o final do século passado. O povo Munduruku do Planalto Santarém¹, objeto de estudo desta pesquisa, tem reivindicado o direito de assegurar seu território ancestral no início do século XXI.

O presente artigo tem como objetivo compreender a partir das observações da etnografia realizada em setembro de 2019, as definições da luta do povo Munduruku, enquanto existência de sujeitos coletivos, que se desdobraram por meio do processo de emergência étnica para a retomada e territorialização de seus locais ancestrais, visto que desde o início do atual século são os Munduruku que se mobilizam, delimitam e fazem respeitar este Território.

Nesse sentido, os discursos vivenciais dos moradores auxiliam muito a compreensão e contextualização do momento de ocupação das primeiras aldeias até os dias atuais, em que eles se desdobram pela luta e reivindicação dos direitos constitucionais, por isso é importante entender as

¹ Nome pelo qual se identificam.

relações de disputa, e luta pelo território de uso, que serão fornecidas pelas entrevistas fundamentadas e auxiliadas pela história oral.

Em tal perspectiva “O método da história oral foi utilizado para buscar a história dos grupos, de acordo suas respectivas memórias” (Barbosa, 2008, p. 29). Ao chegar ao território, nas primeiras conversas com os moradores, foram recomendadas algumas pessoas que saberiam discorrer sobre as histórias do território, especificamente as lideranças e alguns senhores e senhoras que nasceram e se criaram no local.

Os mais jovens moradores do lugar reconhecem que os mais adultos são as pessoas que detêm maiores propriedades em transmitir essas memórias, em virtude de suas vivências e experiências no território. Para Delgado (2010, p. 16-17), no livro *História oral: memória, tempo, identidades*, afirma que “no processar da memória estão presentes as dimensões do tempo individual (vida privada – roteiro biográfico) e do tempo coletivo (social, nacional, internacional) [...] história, tempo e memória são processos interligados.”

A primeira pessoa, considerada a mais idosa da aldeia, que foi indicada para um bom diálogo foi o senhor Karosakaybu² por ser um dos primeiros moradores a chegar em Açaizal, uma das primeiras aldeias a se constituir. Outro importante interlocutor foi Karodaybi³ residente na mesma aldeia, ele é quem está sempre na linha de frente, na luta, e participa ativamente nas organizações e reuniões.

Nesses diálogos, foi necessário desenvolver o roteiro de campo, com alguns questionamentos iniciais com o qual foram tratadas e norteadas questões que podiam contribuir na investigação. Com perguntas que caminham para entender o processo de ocupação do território, em que ano e em qual contexto? Deste modo, a entrevista foi realizada, em que esses interlocutores ficaram à vontade para ponderar sobre suas histórias e perspectivas enquanto indígenas e sujeitos políticos.

Para melhor apoiar as histórias que estavam sendo realizadas, foi utilizado o uso de gravador de voz, para que não se perdessem as informações e as memórias dos entrevistados, além

² Será utilizado pseudônimos para identificar os entrevistados, afim de preservar suas identidades, por tratar-se de uma luta em andamento e o artigo conter informações sensíveis. Dentro da cosmologia Munduruku, *Karosakaybu* é o deus criador e ocupa lugar central na cosmogonia deste povo, como um “herói cultural”, que deu origem ao mundo (Murphy; Murphy, 1954). Para os Munduruku, *Karosakaybu* é criador de tudo e todos, com alto poder de transformar a natureza, o lugar, a paisagem, os animais e os homens.

³ Na cosmologia Munduruku é *Karodaybi* que tem como significado o grande cortador de cabeças, muitos o tem como grande inspiração de resistência, pelo fato de este herói nunca ter perdido uma guerra.

de uma caderneta para registro de “chaves”, que auxiliariam em momentos importantes no transcorrer da pesquisa.

O percurso teórico: aprendizados e aprendizagens no território

Os indígenas, através de experiências bem distintas, ocorridas em lugares separados e em momentos distantes, tem delineado uma nova estratégia que busca minimamente garantir sua sobrevivência material e cultural. São as “retomadas”, ações em que famílias indígenas reocupam áreas onde podem realizar sua vida comunitária, ali estabelecem suas moradias, plantam roçados e praticam sua vida social, cultural, ritual e espiritual. (Oliveira, 2022, p. 27).

Tal arranjo do fazer territorial é visto “na literatura antropológica atual o movimento de “ressurgimento” da indianidade ou da identidade étnica indígena na Amazônia constitui um fenômeno denominado de emergência étnica ou etnogênese” (Bartolomé, 2006, p. 02). Na Amazônia há um processo semelhante de retomada das memórias, identidades, valores espirituais e das tradições indígenas em que estes sujeitos voltam a (re)territorializar seus espaços de ancestralidade.

O processo de etnogênese no baixo rio Tapajós tem como marco inicial a autoafirmação pioneira da Comunidade de Taquara (situada no município de Belterra) como condição de comunidade indígena, através de um comunicado oficial à Fundação Nacional do Índio⁴ no ano de 1998 (Tapajós, 2015, p. 89). Este movimento de retomada é tratado por Oliveira (2004, p. 13) no livro “A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena”, no qual em uma das passagens, o autor faz referência aos anos de 1980, como ápice do surgimento no Nordeste brasileiro das “primeiras movimentações na tentativa de recuperação dos seus direitos (indígena) de um povo que são pensados, e se pensam, originários”.

Salienta-se que durante muito tempo esses povos foram considerados inexistentes e “reapareceram”, ou saíram do silenciamento, no final do século XX, de modo a trazer ao campo jurídico/político suas pautas no que tange à luta pela demarcação do território tradicional, mediante a busca de mecanismos que pudessem garantir seus direitos enquanto povos originários da terra. Ao realizar uma prévia análise sobre direitos dos indígenas e das populações tradicionais amazônicas, Almeida Silva; Siqueira e Almeida (2021, p. 41), consideram que:

⁴ Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, por meio da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 passou a ser denominada de Fundação Nacional dos Povos Indígenas, com a permanência da mesma sigla.

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

Em tal sentido, a nossa finalidade consiste na reflexão sobre o campo que envolve os direitos e as demandas desses povos, em que observa que as políticas públicas têm sido insuficientes e ineficientes na resolução de conflitos — pelo contrário, em vários casos o que se verifica é o aprofundamento da problemática existente na Amazônia — daí a necessidade e o papel proativo dos movimentos sociais em continuar a realizar os processos de reivindicação, mesmo diante de visões e particularidades distintas.

O ressurgimento ou emergência étnica foi fortalecido num período de grandes mudanças no contexto nacional e mundial. Na América Latina, especificamente no Brasil, tem ligação direta com os movimentos da década de 1970, em que lideranças indígenas, dentre elas, Mário Juruna e Ailton Krenak, são protagonistas em seus lugares de fala e corroboram no avanço das organizações indígenas na reivindicação de políticas de garantia de direitos. Logo, isso produziu uma crescente quantidade de associações indígenas em diferentes regiões do país, e no Norte do país não foi diferente.

Em corroboração com o debate, Arruti (2006, p. 53) afirma que “a Amazônia foi profundamente marcada pela tentativa de extermínio ou de apagamento da população nativa, sob rotulagens diversas e genéricas, tais como: caboclo, ribeirinho e mestiço”. Entende-se que durante todo o período de colonização, posteriormente com a República, foi explicitamente adotado toda uma estratégia da negação e invisibilidade das populações tradicionais e dos povos originários na tentativa de desligá-los de sua existência e dos laços de pertencimento ao lugar de vivência.

Catequizados e expulsos de seus aldeamentos, esses povos foram subalternizados e muitos perderam suas ligações e conexões com os seus modos de vida e seu próprio território. Esta colonização nos induz a pensar a Amazônia não como uma construção, mas como uma invenção a partir da miscigenação e da manipulação, ou seja, tem-se uma Amazônia construída a partir do estupro de indígenas mulheres, com tal procedimento de apagamento histórico e étnico, com o sentido de dizimá-los da história e enfraquecer sua cultura e seus modos de vida.

Denominá-los de caboclos foi o modo colonizador mais sutil e perverso em extinguir os povos indígenas, já que não eram “puros”. Assim, tiveram sua indianidade forjada e vulnerabilizada juntamente com as políticas de Estado da época, que criou identidades para afastar ainda mais essa população da sua ancestralidade. Destarte, surge o caboclo cuja identidade pode ser traçada como o indígena que não tem mais a aldeia e vive como pessoa do campo (Anahata, 2019).

Na concepção de Luís da Câmara Cascudo (1988), este autor teoriza que a palavra “cabloco/cabocla” é proveniente da etimologia Tupi *kaa’boc* (que vem da floresta) ou *kari’boca* (filho do homem branco). Neste sentido, é compreensível entender por que essa população aderiu [forçadamente] ao termo.

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

Sob tal perspectiva, no período compreendido entre 1998-2018, a região do baixo Tapajós, no Oeste do Pará, tem sido palco de uma luta política e identitária de grandes dimensões (Tapajós; Silva Neto, 2019, p. 15). Logo, esses povos estão no processo de resgate de suas identidades étnicas silenciadas historicamente pelo processo colonizador. Neste sentido, compreende-se que a colonização se iniciou no baixo Tapajós a partir dos jesuítas com missões direcionadas aos indígenas Tapajó que aqui estavam e onde está localizada a cidade de Santarém, de acordo com Vaz Filho (2010).

O objetivo principal dessas missões estava relacionado à disputa pela mão de obra indígena análoga à escravidão, a catequização, a imposição de normas e comportamentos “civilizatórios”. Como parte desse projeto “civilizatório”, houve a imposição do português como língua única, além da proibição tanto das línguas originárias como da geral amazônica, o Nheengatu (Oliveira, 2004, p. 13).

A partir da catequização dos jesuítas e posteriormente ação da política pombalina, somadas às práticas de genocídio e etnocídio ocorrente, conseqüentemente houve a redução dessas populações, as quais amedrontadas tiveram que esconder sua própria existência por questões estratégicas de sobrevivência ou porque foram passadas pelo crivo perverso das religiões de que seus modos de vida eram pecaminosos.

Estes sujeitos tiveram que aceitar as condições cruéis de renúncia da própria identidade étnica para sobreviver ao longo do tempo, e assim, a existência indígena está atrelada aos estigmas da não existência ou estereotipados a estarem isolados nas matas, usar cocar, com suas flechas e desnudos. Nesse sentido, em uma entrevista originalmente publicada no livro “Povos Indígenas no Brasil”, Viveiros De Castro (2006) contrapõe esses pensamentos estereotipados ao afirmar que ser “índio é uma questão de ‘estado de espírito’. Um modo de ser e não um modo de aparecer”.

A incompreensão em definir o outro é estrutural, a partir de uma violência simbólica e silenciosa que cotidianamente ronda esses povos, pois desconsidera sua existência e diferenças socioculturais a partir dos interesses das classes dominantes. Na análise de Bordieu (1989) esta violência simbólica está na sutileza, passa despercebida e por vezes naturalizada. Essa violência a qual foi e é submetida os povos indígenas desde a colonização, sempre foi real e concreta com a imposição de modos e comportamentos pautados pelo genocídio e etnocídio.

Atualmente é sobretudo simbólico, pois está no olhar que condena, na conduta de superioridade do outro, principalmente na construção de uma identidade baseada em estereótipos do que é ser indígena, principalmente como uma figura folclórica e exótica à “civilização”.

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

Assim, essas populações atualmente começam a entrar em cena e reivindicam o que é deles por direito originário. Esta emergência étnica choca grande parte da população, pois na concepção da “sociedade civilizada” os indígenas são invasores de terras alheias, preguiçosos que existiram há muito tempo e que hoje não existem mais, se dizem indígenas para tirar vantagens de direitos constitucionais.

Tal processo de ocultação de identidades foi frequente em todo o Brasil, pois “muitas comunidades indígenas brasileiras deixaram de se identificar como indígenas por motivos de uma ‘instrumentalidade’ perfeitamente razoável - elas tinham interesse em não serem perseguidas, discriminadas, excluídas” (Viveiros De Castro, 2006, p. 16).

Entretanto, apesar das configurações de silenciamentos, houve muitas resistências no resgate de suas origens e no final do século XX os movimentos no baixo rio Tapajós ficaram mais visíveis e foram fundamentais para o fortalecimento da identidade étnica desses povos, conforme afirmam Tapajós e Silva Neto (2019, p. 8): “A volta dos povos do Baixo Tapajós tem nos mostrado, afinal, que toda a violência colonial praticada ao longo dos séculos não foi capaz de exterminá-los”.

Um dos exemplos mais nítido da emergência étnica na Amazônia é no baixo Tapajós, em que comunidades antes designadas como caboclas⁵, como as comunidades de Marituba, Bragança e Taquara, em 1990, os moradores decidiram assumir a identidade indígena e passaram a reivindicar a demarcação de uma área dentro da Floresta Nacional (Flona), processo apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA)⁶ (Barbi; Almada, 2007, p. 42).

Enfatiza-se que a criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns⁷, em 1998, foi fundamental para o fortalecimento das comunidades que já há anos lutavam e reivindicavam por seus territórios. No contexto descrito, várias comunidades passaram a se autoafirmarem como indígenas, entre elas a Takuara, principalmente após o falecimento do líder e pajé Laurelino, em 1998.

⁵ Caboclo ou caboco: indivíduo nascido de indígena mulher com branco (ou vice-versa), de pele acobreada e cabelos negros e lisos. Na Amazônia o termo caboclo é utilizado para a representação de pessoas que vivem em comunidades ribeirinhas; na maioria das vezes utilizado pejorativamente em tom preconceituoso para agredir verbalmente o outro, de modo a correlacioná-lo como “bicho do mato”, preguiçoso, matuto, sem discernimento de comportamentos “civilizados”.

⁶ Criada em maio no ano 2000, é uma representação política de mobilização do baixo Tapajós que tem como objetivo a organização das comunidades que estão em fase de autoidentificação indígena e possui organizações jurídicas encaminhadas diante da Funai e demais órgãos públicos.

⁷ A Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns é uma Unidade de Conservação federal criada por Decreto Presidencial, em 06 de novembro de 1998, numa área de 647.610 hectares no estado do Pará. Para saber mais, acesse: (ICMBIO, 2022).

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

A relevância de Laurelino é descrita por Vaz Filho (2010, p. 34-35) ao expor que “Em vida, seus filhos e parentes ouviram muitas histórias, principalmente, histórias de seus ancestrais e a importância do resgate de suas identidades étnicas e a busca pela demarcação de terras”.

O povo indígena da aldeia Takuara se autoafirma como Munduruku. Em 2016, a aldeia Takuara nos termos do art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001/73 e do art. 5º do Decreto nº 1.775/96 é declarada de posse permanente da comunidade sendo reconhecida juridicamente pelo Art. 1º e publicado no Diário Oficial da União.

Diante desses movimentos de luta, a emergência étnica no baixo Tapajós está em constante dinâmica e a sede regional é uma unidade da região que atende indígenas do médio e baixo Tapajós. Para a Funai (2019):

[...] as etnias Munduruku, Apiaká e Kayabi (Alto e Médio Tapajós) e Arapium, Munduruku, Apiaká, Maytapu, Cumaruara, Jaraqui, Tupinambá, Borari, Cara-preta Munduruku, Tapuia, Arara-Vermelha (Arapiranga), Tapajós e Tupaiú (Baixo Tapajós/Santarém) são atendidas por essa sede e são essas que se autodeclararam indígenas às margens do Tapajós.

A terra indígena constitui um fato sociopolítico. Neste sentido, a emergência étnica é, sobretudo a afirmação de suas identidades para a manutenção da vida e de suas tradições. O caminho histórico de negação é árduo e está relacionado ao processo de afirmação de identidades e territorialidades. Em tal processo, os “povos dados como extintos entraram em cena novamente, alterando as suas relações com as instituições do Estado” (Vaz Filho, 2010, p. 15).

Diz-se do processo de suposto (re)aparecimento de povos indígenas que durante muitos anos não puderam por razões políticas se identificar como pertencentes a um determinado povo. A etnogênese é um processo de ousadia dos povos indígenas de se apresentarem, após anos de silêncio, mediante reivindicação sobre o que lhes foi tirado à força pelos não indígenas, e, com exigem o cumprimento e respeito a seus direitos (Beltrão, 2015, p. 29).

TERRITORIALIDADES DA MEMÓRIA E SUAS DIMENSÕES HISTÓRICAS DA LUTA PELO TERRITÓRIO DA ALDEIA AÇAIZAL, POVO MUNDURUKU

O território Munduruku é composto por quatro aldeias: Açaizal, Amparador, São Francisco da Cavada e Ipaupixuna, as quais estão localizadas no Planalto Santareno. O processo de retomada desse território iniciou a partir de 1960, mas é durante o processo de emergência étnica que acontecia no baixo Tapajós, no final do século XX, que eles viram a possibilidade de serem introduzidos novamente em cena diante de reivindicações com o Estado brasileiro.

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

No início dos anos 2000, esse povo se ancora nos atos políticos de reivindicação étnico-territorial junto ao Estado, amparado pelo uso e ocupação de suas bases ancestrais, as quais sempre existiu, entretanto, por questões de sobrevivência teve que se silenciar para sobreviver. Em paralelo a isso, acontecia a expansão da fronteira agrícola para a região, de modo que delimitou e se instalou ao entorno do território reivindicado, o que provocou imensos conflitos e vulnerabilidades sociais, étnicas, territoriais e culturais.

Neste contexto, a colonização coordenada pelo Estado a partir de 1970, com a inauguração da BR-163 e a construção da Hidrelétrica de Curuá-Una favoreceu a migração de trabalhadores rurais que estavam em busca de terras prometidas pelo poder público. Muitos trabalhadores eram procedentes de cidades, de comunidades do estado do Pará e do Nordeste brasileiro e assim constituíram essas regiões junto com aqueles que já estavam aqui e que autodenominavam indígenas.

O trabalho de campo, mediante entrevistas, para coleta de informações foi iniciado pela aldeia Açaizal — considerada pelos moradores como uma das primeiras a ser constituída e atualmente é a que mais encontra-se vulnerável devido à disputa de território com os sojicultores. Um dos moradores do Açaizal a ser entrevistado foi o senhor Karosakaybu, 88 anos, que abriu alguns caminhos sobre o processo de ocupação na região.

Toda essa área que nós tamo reivindicando hoje é antiga, já faz um tempão que ela é dos índios e também do povo do Tinguu, só que alguma coisa aconteceu pra eles irem pra outra paragem, quando eu cheguei em 62 eles não tavam mais aqui, mas eu sempre ouvi as histórias do povo daqui têm até terra preta lá pra trás dona Maria deve saber melhor dessa história mas eu me considero indígena minha mãe era índia lá de onde eu vim” (Munduruku, Karosakaybu, 2019).

A afirmativa revela muito sobre as políticas estatais de silenciamento em desfavor do povo Munduruku, por muito tempo essa condição foi uma estratégia de sobrevivência, pois tiveram que renunciar suas raízes para não serem “varridos” do contexto violento o qual os povos indígenas estavam destinados. Ainda pela descrição do interlocutor são desvendados elementos importantes quanto à apropriação do território pelos seus ancestrais, pertencente desde sempre ao seu povo e a outras coletividades, como os quilombolas da Comunidade Tinguu, que também reivindicam a titulação de seu território.

Nesta perspectiva, é necessário desvendar o processo de ocupação de Açaizal para entender como aconteceram as relações e os entrelaces entre esses sujeitos e as configurações que foram tomadas ao longo do tempo e que se fazem fundamentais para compreender as emergências étnicas e as reivindicações dos Munduruku do Planalto Santareno.

Em continuidade ao seu discurso, seu Karosakaybu descreve o tempo e o espaço de um processo de emergência dos Munduruku de Açaizal, como:

“Cheguei em Açaizal em 62 já era casado e tinha três filhos daí pra cá não arredei o pé daqui da comunidade então conheço a história de Açaizal quando cheguei aqui tinha poucos moradores ainda tava no começo na época. Tinha na base de umas 10 famílias e ainda não era conhecida como Açaizal” (Munduruku, Karosakaybu, 2019).

Em sua abordagem, rememora o fato de que antes mesmo da sua chegada à aldeia, já havia no local outros moradores e associa-os como as primeiras famílias do Açaizal. Isso ficou expresso ao afirmar que: “não fui dos primeiros, quando eu cheguei aqui já tinha, segundo me falaram um dos primeiros foi o Antônio Bezerra, Equias, Augustinho, Chico Lobo, uns moravam aqui outros em Ipaupixuna, outros na cavada, isso aqui sempre teve gente, não era só mata como muita gente pensa”.

Pelos relatos memoriais de um dos primeiros moradores percebe-se que eles sempre estiveram nessa região, e que as aldeias Açaizal e Ipaupixuna tinham grandes relações de parentesco e compadrio. Em uma de suas abordagens, seu Karosakaybu faz questão de lembrar que as benzedeadas, eram netas de indígenas mulheres e associadas ao dom da cura, em razão que “elas eram muito sábias, tinham poder da cura, faziam oração poderosa, faziam remédios caseiros como as garrafadas⁸, curavam as doenças, faziam partos de muitas crianças e saíam do Ipaupixuna para atender moradores de outras comunidades”.

O sentido do coletivo sempre esteve presente, eles sabiam sobre suas origens. Importante enfatizar que próximo à reivindicação de território Munduruku, também estão presentes na luta os afrodescendentes quilombolas, com os quais mantêm relações harmoniosas e juntos formam um grande coletivo de resistência na busca por melhores condições existência.

Em diálogo com Karodaybi, que tem 33 anos, foi relatado sobre a história do território de Açaizal.

A história de Açaizal ela é muito mais antes que todos nós aqui, a gente vai perceber, e a gente tem isso quando percorrer pelas estradas do lugar, do território. A gente vai encontrar vestígios sítios arqueológicos dentro do território, das populações que viveram, foi feito um estudo. Não lembro ao certo, mas veio um professor não sei se era da UFOPA, mas pegou algumas peças pra estudar. E foi datado que elas têm mais de 7mil anos aqui. Então Açaizal é um ciclo de ocupação. Já tinham pessoas que moravam antes de nós. Então o Açaizal se ressurgiu. Que antes já era muito povoado justamente pelos povos indígenas. No caso a minha mãe, é indígena, natural mesmo daqui, nascida nessa região do Ipaupixuna, que meus avós e bisavós nasceram e eram indígenas (Munduruku, Karodaybi, 2019).

⁸ Mistura de ervas medicinais, produtos de animais e minerais, combinações que objetivam um efeito de melhoramento no organismo.

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

O sentimento de pertencimento ao lugar está expresso na abordagem do interlocutor, assim como, o fator identitário, do simbólico, do ancestral e do político. Estes registros as vozes dos sujeitos entrevistados que compõe parte dos resultados se trazem elementos importantes na perspectiva que constituem o caminho para o desvelamento da trajetória e da construção das identidades dos povos indígenas, fundamentadas, sobretudo, na memória coletiva.

Estas relações e histórias rememoram as fugas dos quilombolas e dos povos indígenas na região estão inteiramente ligada à uma ancestralidade que ficou invisibilizada, que o Estado assim como a população colonizadora que se instalou nesta região propositalmente fez questão de esquecer, e que atualmente utilizam de discursos como “invenção de índio” para menosprezar a luta de um povo originário e ancestral que tem sido violentado desde o início do processo colonizador. Destarte, pondera Silva (2021, p. 57):

Suas falas descrevem com bastante acuidade a construção das territorialidades vividas e que revelam o significado da aldeia Açaizal. Através da história oral foi possível trazer às experiências, o modo de vida, a luta pela terra, muitas informações que nem sempre estão em documentos, mas que passam a ser documento quando fazemos o registro. Suas falas estão dotadas de valores subjetivos, enunciam suas memórias ancestrais, nos permitindo compor uma variedade de elementos sobre a trajetória do grupo e do sentimento de pertencimento a terra.

A memória é o fundamento da ancestralidade indígena, ela possibilita aos sujeitos voltar ao passado para revelar as relações iniciais de ocupação do lugar e entender os processos para a tomada de posse da emergência étnica dos indígenas Munduruku, especificamente em Açaizal. Insere-se neste contexto os conhecimentos de base ancestral, cuja reflexão é esboçada por Manchinery, Manchineri e Almeida Silva (2021, p. 19):

Os conhecimentos dos povos indígenas são ensinamentos que devem ser levados em consideração e respeito, pois movimentam uma circularidade de conhecimentos físicos, propriamente ditos (aquilo que é palpável) e o invisível que é o mundo espiritual, onde este deve ser levado muito a sério pelo fato de ser a fonte dos conhecimentos dos entes que doutrina os seres humanos em sua jornada pela Terra.

O povo Munduruku se sentiu acolhido pelo movimento de emergência étnica que fez questão de lembrar que esses povos sempre existiram, e que ser indígena não é uma condição inventada, mas é reconhecer suas origens e sua identidade, principalmente em um contexto político violento e preconceituoso. Com relação ao “surgimento” de novas identidades na Amazônia, afirma Saraiva (2005, p. 49) afirma que:

Larissa de Sousa **SILVA**
 Nilson Cesar **FRAGA**
 Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
 Adnilson de Almeida **SILVA**

Enquanto no Nordeste acreditava-se que não existia mais índios, na Amazônia tem perdurado uma representação de índio congelada no tempo relacionada à ideia de que os índios mantêm uma cultura semelhante as dos índios da época da conquista. Neste sentido, o (re) aparecimento de índios que não falam mais a língua materna, não moram em aldeias, ou seja, que não se encaixam na representação do exótico causou perplexidade.

Assumir-se a condição de um povo indígena – autoidentificar-se como o povo Munduruku do Planalto, tem colocado essas territorialidades em tensão, uma vez que a fronteira agrícola capitalista, tem avançado nesta região sobre interesses políticos e econômicos e envolvem relações de disputa por terra e território entre os grupos étnicos que reivindicam aquela área, povos indígenas e comunidades quilombolas.

A luta do povo Munduruku, trata-se de ações pontuais em que por se tratar de uma retomada em junção ao processo de emergência étnica no baixo rio Tapajós, ainda é invisibilizado, principalmente pelo fato de encontrar-se localizado dentro de uma fronteira agrícola, em que há intensa presença de propriedades privadas e o interesse dessas disputas conflitam diretamente com a ocupação de uso tradicional do território Munduruku.

A luta pela declaração oficial da área tem sido reivindicada desde 2008, mas somente em 2018 os Munduruku conseguiram a constituição do Grupo Técnico como mostra o Quadro 1:

Percebe-se que desde as primeiras retomadas e reivindicações das emergências étnicas do povo Munduruku, no final do século XX, somente as aldeias Taquara e Bragança-Marituba obtiveram o registro efetivado, e que até o momento nenhum outro território foi demarcado oficialmente, como são os casos das TIs Munduruku do Planalto Santareno e São Pedro do Palhão.

Quadro 1 - Situação atual dos territórios Munduruku pós processo de emergência étnica

TERRITÓRIO	SITUAÇÃO	ÁREA (HÁ)	POVOS QUE OCUPAM TRADICIONALMENTE
TI Munduruku Taquara	Declarada em 11/05/2016	25.000	Munduruku
TI Bragança Marituba	Declarada em 11/05/2016	14.000	Munduruku
TI Munduruku do Planalto Santareno (nome provisório)	GT constituído em dezembro de 2018	Não há proposta de delimitação pelo Estado. Mas tem a autodemarcação feita pelos próprios indígenas	Munduruku
TI São Pedro do Palhão (nome provisório)	GT constituído em dezembro de 2018	Não há proposta de delimitação	Munduruku e Apiaká

Fonte: Funai-Pará (2019), organização de Silva (2021).

A inexistência de outras alternativas eficientes e ausência do Estado neste local, proporcionou que a autodemarcação fosse realizada em 2017, pelos próprios moradores com a

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

ajuda de alguns órgãos⁹ e está associada ao desespero de sobrevivência, pois para os povos indígenas o território é vida. Assim, a autodemarcação transformou-se na estratégia principal para caminhar minimamente pelo reconhecimento dos direitos expressos na Constituição, embora ainda não tenham sido alcançados.

A luta do povo Munduruku está expressa nessas movimentações que iniciaram na década de 1990, e são confirmadas junto às histórias contadas pelos moradores. São afirmações de territorialidades específicas há mais de 20 anos. O coletivo quer legitimidade e respeito de acordo com os direitos constitucionais, conforme afirma Oliveira (2022, p. 28):

As retomadas supõem a consciência por parte das comunidades de que seus direitos foram lesados e que o Estado, por convívio ou omissão, fez parte igualmente deste processo. É importante perceber que o motor das “retomadas” é a vontade política das pessoas que aí participam e o documento básico de que dispõem é a sua condição de indígenas.

O que se revela dentro da compreensão etnográfica deste trabalho é que desde o final do século passado essas emergências e mobilizações por reconhecimento étnico-territorial do povo Munduruku do Planalto tem suscitado reações e movimentos profundos com relação ao revigoramento cultural e a ressignificação social, territorial, política e econômica, para se afirmarem enquanto um povo que existe e reexiste no tempo e espaço.

O povo Munduruku do Planalto tem mobilizado por meio de luta os valores tradicionais de seus antepassados, suas emoções, suas organizações coletivas, acionam os “encantados”, seus conhecimentos empíricos, intelectuais, pois são sujeitos políticos, os quais constroem cenários de um futuro mais desejável para seu povo, a começar pela geração atual.

Deste modo, Pacheco de Oliveira (2022, p. 30) considera que os sujeitos coletivos que constituem hoje, continuam a produzir organização social, culturas, identidades e relação com o meio ambiente absolutamente distintas. Estes povos não podem ser compreendidos somente pelo estabelecimento de interconexões entre uma cultura e um nicho ambiental, mas exigem um mergulho na história, com a identificação de conflitos, migrações e interdependências.

Suas lutas são contemporâneas, não é um povo que congelou no tempo, pelo contrário, sua vivência em sociedade permite o estabelecimento de relações sociais e interações com várias instituições, inclusive com a universidade. As circunstâncias de luta são necessárias pela busca de

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

autonomia e controle do território, bem como pela manutenção da vida, da cultura, do modo de ser Munduruku.

É possível entender pelos diálogos o sentimento que esses moradores sentem pelo território, uma vez que foi construída uma história, na qual escolheram para ser seu recanto, ali nasceram, cresceram, construíram famílias, sobretudo, como referência de um local onde viveram seus antepassados. Neste aspecto é que se introjeta a análise de Almeida (2005, p. 108), vez que “o território tem uma função que não se reduz a dimensão instrumental, ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo”.

Para tanto, o Estado brasileiro precisa reconhecer essas coletividades originárias, necessita avançar quanto aos trâmites jurídicos/políticos de demarcação da terra. Os direitos indígenas, conforme expresso na Constituição Federal de 1988, noutras normativas e decretos, estão sendo desrespeitados e negados, inclusive no que se refere ao princípio fundamental, ou seja, a própria existência. Isto pode ser constatado, particularmente, durante o período 2018-2022, em que nenhum território indígena ou de povos tradicionais foi demarcado.

A afirmação do povo Munduruku, sobretudo ao contexto atual e a dominação política e cultural a que estão submetidos, suas identidades são colocadas à prova pelos empresários e fazendeiros que cercam as aldeias, são violentados não somente simbolicamente, mas de modo concreto. São vários os obstáculos que passam desde a violência simbólica, no campo de conflito por apropriação de terras irregulares, até a ausência de jurisdição e demarcação desses territórios.

A luta de afirmação da identidade do povo Munduruku e a busca pela garantia de seus territórios, em tese se configura como resultado do significado e da experiência, como elemento de transformação social, que parece se ancorar nos postulados de Castells (2008) sobre a construção das identidades de resistência e de projeto, na qual a primeira é realizada por aqueles que estão em posição desfavorável, todavia, organizam como resistência frente à lógica da dominação das estruturas do poder político e econômico. No caso das identidades de projeto, estas resultam na disposição de afastarem-se da margem e se inserirem como protagonistas que procuram romper e transformar com as estruturas que lhes foram impostas.

Eis um longo caminho ainda para superar a subalternidade imposta e poder falar, se apresentar ao centro, para tanto, a disposição à luta, de ter vez e voz, de propiciar sentido em meio à uma sociedade recrudescida e intolerante frente ao diferente (Spivak, 2010).

Como afirma Oliveira (2022) até que os processos judiciais alcancem o Supremo Tribunal Federal, sejam julgados e decididos em última instância muitos anos se transcorrem. Durante este tempo os indígenas vivem uma situação de posse precária ou pura e simplesmente não dispõem de

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

qualquer terra para morar e plantar. Sem demarcação jurídica e oficial, esses territórios definham sem que haja preocupação necessária. Muitos desses povos em seus territórios enfrentam a destruição de seus locais de roçado, seus rios, suas florestas, seus locais sagrados, muitas vezes são acompanhados de violência e frequentemente são intimidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se o território Munduruku do Planalto Santareno como um povo emergente a partir de 1990. Em meados de 2000, começa a afirmação de suas identidades dentro do processo de reivindicação territorial. A luta que é protagonizada está longe do que se pode dizer como fim. Além disso, é uma luta que se trava em meio ao simbólico, afetivo e ancestral, na qual, os interesses indígenas estão para além de material, eles precisam do território para sobreviver, manter as organizações sociais, enquanto um povo que (RE) existe há muito tempo.

As suas articulações são dentro das dimensões políticas, sociais, culturais e econômicas, na maneira como estabelecem suas cosmologias, como esses recursos podem ser explorados de modo que não prejudique a principal fonte — a natureza. São eles que definem onde e como se realizará o manejo.

É nesse cenário da dimensão social política que se reitera a partir dos conflitos da luta pela terra e território que os Munduruku buscam serem reconhecidos enquanto povo originário que sempre estiveram nos seus locais de vivência, com isso o movimento de emergência étnica do baixo Tapajós tem se constituído como fundamental para afirmação de sua ancestralidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, Adnilson de; SIQUEIRA, Rosângela Bujokas de; ALMEIDA, Laura Dominic Gazzotto Soares. Prévía análise sobre direitos dos indígenas e das populações tradicionais amazônicas. In: ALMEIDA SILVA, Adnilson de (org.). **Expressões, vivências e representações indígenas da e na Amazônia**. Porto Velho: Temática, 2021. p. 35-66. Disponível em: <https://bit.ly/expressoes-indigenas-Adnilson>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, ano 2, n. 2, 2005, p. 103-114. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6617/3616>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ANAHATA, Jamille. A complexidade do “pardo” e o não-lugar indígena. **Medium**, Oxford, 03 set. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@desabafos/a-complexidade-do-pardo-e-o-n%C3%A3o-lugar-ind%C3%ADgena-a8a1e172e2b0>. Acesso em: 10 dez 2021.

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

ARRUTI, José Maurício. Etnogêneses indígenas. *In*: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (ed.). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 50-54.

BARBI, Maria de Fátima; ALMADA, Paulo Daniel Souza (org.). **Inventário da oferta turística de Belterra**. Belém: Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – Sedect-PA, 2007. Disponível em: http://setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/belterra_2007.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

BARBOSA, Maria Betanha Cardoso. **Sistema de uso comum de recursos em comunidades quilombolas no vale do rio capim (PA)**. 2008. 201f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: https://www.ppgdstu.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2008/BetanhaBarbosa_Dissert_Naea.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.1590/S0104-93132006000100002>. Acesso em: 15 out. 2022.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Povos indígenas nos rios Tapajós e Arapiuns**. Belém: Supercores, 2015.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: DIFEL, 1989.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n°s 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n° 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Apresentação da coordenação regional do Pará**. Belém: FUNAI, 2019.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Resex Tapajós-Arapiuns**. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-tapajos>. Acesso em: 10 dez. 2022.

IORIS, Edviges Marta. O chamado para o não esquecimento: regimes de memória e reelaborações étnicas e culturais no baixo rio Tapajós. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A reconquista do território**: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. Rio de Janeiro: E-papers, 2022. p. 301-336. Disponível em: <http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2022/10/AReconquistaDoTerritorio.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MANCHINERY, Alessandra Severino da Silva; MANCHINERI, Soleane de Souza Brasil; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Ciência e epistemologia indígenas: um debate necessário. *In*: ALMEIDA SILVA, Adnilson de (org.). **Expressões, vivências e representações indígenas da e na Amazônia**. Porto Velho: Temática, 2021. p. 17-34. Disponível em: <https://bit.ly/expressoes-indigenas-Adnilson>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MUNDURUKU, Karodaybi. **Entrevista 01**. Terra Indígena Munduruku do Planalto Santareno, Aldeia Açaizal, 20 set. 2019.

MUNDURUKU, Karosakaybu. **Entrevista 02**. Terra Indígena Munduruku do Planalto Santareno, Aldeia Açaizal, 20 set. 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Laced, 2004. Disponível em: http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2021/03/JPOL_A_Viagem_da_Volta_Completo_compressed.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco. A luta pelo território como chave analítica para a reorganização da cultura. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A reconquista do território**: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. Rio de Janeiro: E-papers, 2022. p. 11-36. Disponível em: <http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2022/10/AReconquistaDoTerritorio.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SARAIVA, Márcia Pires. **Identidade multifacetada**: a reconstrução do “ser indígena” entre os Jurunas do médio Xingu. 2005. 165f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/1754/5/Dissertacao_IdentidadeMultifacetaReconstru%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

SILVA, Larissa de Sousa. **A luta pelo território Munduruku**: emergência étnica e territorialidades (re) construídas na aldeia Açaizal - Santarém/PA. 2021. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 2. reimp. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

TAPAJÓS, Ib Sales. Direitos indígenas no baixo Tapajós, entre o reconhecimento e a negação: o caso da Terra Indígena Maró. **Revista InSURgência**, Brasília, DF, ano 1, v. 1, n. 2, p. 82-117, 2015. Disponível em:

Larissa de Sousa **SILVA**
Nilson Cesar **FRAGA**
Maria Salomé Lopes **FREDRICH**
Adnilson de Almeida **SILVA**

<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18879/17532>. Acesso em: 10 dez. 2022.

TAPAJÓS, Ib Sales; SILVA NETO, Nirson Medeiros da. Emergência indígena e abertura da história no Baixo Tapajós. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, Santarém, PA, v. 3, n. 5, p. 14-38, 2019. Disponível em:
<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistacienciasdasociedade/article/view/983/509>. Acesso em: 10 dez. 2021.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A emergência étnica de povos indígenas no baixo rio Tapajós, Amazônia**. 2010. 478f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33752/1/Emerg%C3%Aancia%20%C3%A9tnica%20ind%C3%ADgena%20no%20Baixo%20Tapaj%C3%B3s%20Amaz%C3%B4nia%20Tese%20Flor%C3%Aancio%20Vaz%20Filho.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Bandeira. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. Entrevista. *In*: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (ed.). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 41-49.

Recebido em: 11 de abril de 2023

Aceito em: 06 de março de 2024